

3

Kohlberg: aportes da psicologia genética para a idéia de desenvolvimento moral

Filho de comerciante rico, de origem judaica, o psicólogo social americano Lawrence Kohlberg nasceu na cidade de Nova Iorque no ano de 1927. Sempre estudou em colégios particulares de reconhecida excelência acadêmica, que primavam por uma educação rigorosa. No entanto, nunca demonstrou ser um aluno muito disciplinado. Quando adolescente, ficava de castigo por fumar e beber com os amigos, além de fugir freqüentemente para visitar as meninas que estudavam numa escola próxima. Mesmo assim, não se sentia responsável por descumprir as regras sociais. Acreditava que as regras que violava eram “resultantes de convenções arbitrárias, e não do princípio de justiça ou da preocupação pelos direitos e bem-estar das pessoas”.¹

Recém-formado no ensino de segundo grau americano, Kohlberg ingressou na Marinha Mercante dos Estados Unidos – era o ano de 1945, final da Segunda Guerra Mundial. Logo em seguida, uma vez acabada a guerra, encerrou o contrato com a marinha norte-americana para trabalhar como voluntário a bordo do navio clandestino Paducah, cuja missão consistia em transportar judeus refugiados para a Palestina em embarcações que supostamente carregavam bananas. Os navios clandestinos eram financiados pela Hagenah, a força de defesa judaica que se tornaria futuramente o exército de Israel. Daí resultou a publicação de seu primeiro artigo, *Beds for Bananas*, no qual o autor conta como foram capturados pelos britânicos que então bloqueavam a passagem de judeus e narra cenas graves de violência, como a utilização de gás lacrimogêneo e a conseqüente morte de bebês que estavam a bordo. Kohlberg foi depois levado para um campo de concentração no Chipre e somente conseguiu escapar com documentos falsos proporcionados com a ajuda da Hagenah. Durante algum tempo, viveu em acampamentos coletivos, os kibutz. Foram nesses momentos conturbados de sua

1 KOHLBERG, Lawrence. Minha busca pessoal pela moralidade universal. In: BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002, p. 91.

vida, quando era ainda muito jovem, que se deparou-se com a necessidade de superar a convenção social. Perguntava-se constantemente:

Enquanto os bebês morriam e os adultos iam para um campo de concentração, os objetivos da Hagenah eram políticos, tratava-se de pressões internacionais sobre os britânicos, para abandonarem a Palestina. Quando é permitido envolver-se com meios violentos para obter fins supostamente justos? (...) Separar o que eu queria parecia depender mais de respostas a algumas dessas questões, questões essas que pareciam requerer algum tipo de orientação intelectual.²

As respostas a tais questionamentos sobre a justiça e o desenvolvimento moral surgiram no espaço acadêmico. Em 1948, Kohlberg entrou com pontuação altíssima na renomada Universidade de Chicago. Foi precisamente nesse espaço, conformado por uma extensa produção filosófica no campo das teorias sociais, que Kohlberg entrou em contato com os ensinamentos do pragmatismo americano, ali fortemente desenvolvidos, sobretudo por George Herbert Mead e John Dewey, ex-professores da instituição. Na década de 50, Kohlberg estudou as teorias, em voga na época, sobre o desenvolvimento cognitivo em crianças do psicólogo suíço Jean Piaget, cuja abordagem foi igualmente decisiva para a construção de suas proposições teóricas.

Os estudos filosóficos na universidade viriam a confirmar as suas intuições iniciais, apontadas acima: o desenvolvimento intelectual exerce um efeito profundo na moralidade e no sentimento de justiça do indivíduo. Dez anos depois, em 1958, Kohlberg defendeu, na Universidade de Chicago, tese de doutorado sobre a existência de uma seqüência universal e invariável de estágios de desenvolvimento moral determinada em função do julgamento dos indivíduos em face de dilemas específicos. Contudo, foi somente nas décadas seguintes à defesa que o autor engajou-se na tarefa de comprovar empiricamente a sua hipótese inicial. Nesse período, além de continuar a investigar o desenvolvimento moral dos sujeitos originalmente analisados, Kohlberg ampliou a pesquisa e começou a explorar a comprovação da tese em diferentes tradições culturais. Essa tarefa possibilitou não só a demonstração da validade intercultural de sua hipótese como também um maior refinamento das definições dos estágios e dos métodos de acesso a eles. Esse caminho teórico de aposta (agora não mais intuitiva) na

² *Idem*, p. 93.

noção de desenvolvimento intelectual resulta numa visão social evolucionista, o que evidencia o legado de Mead e Dewey.

Foi assim que, durante quinze anos, Kohlberg dedicou-se a um estudo longitudinal sobre o desenvolvimento do julgamento moral de um grupo fechado composto por 75 meninos norte-americanos. As pesquisas iniciaram-se quando os meninos ainda estavam no início da adolescência, entre 10 e 16 anos, e se estenderam até a fase adulta, quando as idades então variavam de 22 a 28 anos. Sua proposta era seguir as pesquisas sobre o desenvolvimento do raciocínio infantil de Jean Piaget, que se limitaram ao exame de crianças até 12 anos. Paralelamente, como se disse, o autor conduziu estudos em outras culturas. Destacam-se, dentre as localidades pesquisadas, pequenos vilarejos aborígenes na Malásia e no Taiwan, cidades na Turquia e centros urbanos no México e nos Estados Unidos. Após os estudos, o autor concluiu que a ordem e a natureza da seqüência de estágios de desenvolvimento moral parecem não ser afetadas com a variação de condições culturais. Como resultado de sua investigação, em 1981 foi publicada a obra *Essays on Moral Development*, apresentada em três volumes.

Mais de cinquenta estudos transculturais foram realizados até 1985. Todos os trabalhos, disse Kohlberg, resumem-se numa sentença: Os estágios são encontrados em quase todas as culturas. Católicos, protestantes, judeus, budistas, muçulmanos e ateus: todos parecem apresentar as mesmas variações no desenvolvimento da moralidade. Com o sucesso de suas proposições teóricas, sobretudo no campo da intervenção educacional de escolas públicas americanas, foi contratado pela Universidade de Harvard em 1968. Permaneceu nesta instituição como docente da Graduate School of Education até o final de sua carreira. Participou e foi espectador, na década de 1970, do movimento civil contra a discriminação racial e a guerra do Vietnã, oportunidade em que viu claramente a aplicação das idéias revolucionárias de superação do status quo caracterizadoras do pensamento pós-convencional. Nos últimos anos dedicou-se a implantar a idéia de “comunidade justa” em prisões e escolas de ensino médio nos Estados Unidos. Essa idéia representava justamente a dimensão prática de exercício de uma democracia participativa como instrumento para avançar moralmente os indivíduos, na chave proposta por John Dewey.

Em pesquisas conduzidas no Belize, com o objetivo de verificar mais uma vez a universalidade cultural da tese, contraiu uma infecção causada por parasita intestinal. As dores o acompanharam por dezesseis anos. Às vezes sequer conseguia levantar-se da cama. Morreu relativamente cedo, em janeiro de 1987, quando contava com 60 anos. O carro de Kohlberg foi encontrado estacionado numa rua sem saída e seu corpo apareceu três meses depois, jogado no mar, próximo à cidade de Boston. Tudo indica que foi suicídio.

Essa introdução biográfica detalhada, embora não encontre paralelo nas demais seções desta dissertação, justifica-se aqui pela riqueza dos acontecimentos que marcaram a vida do autor. Talvez os rumos de sua produção teórica tivessem sido de outra maneira traçados caso a história transcorresse de forma diferente. Cumpre analisar, a partir de agora, o material fundamentalmente teórico do autor, que afirma, *in fine*, que o desenvolvimento moral do homem ocorre por meio de uma seqüência universal e invariável de níveis e estágios cognitivos.

3.1

A influência de Jean Piaget

As bases teóricas mais remotas da tese de Kohlberg encontram-se nos estudos de George Herbert Mead e John Dewey. A influência de tais autores, obviamente, não é acidental. Da mesma forma que Kohlberg, os dois autores empreenderam estudos interdisciplinares sobre o problema do homem cívico nos campos da psicologia e da filosofia moral. Mas outros pensadores também determinaram os rumos da investigação. Para ilustrar, basta uma referência ao programa do curso sobre educação moral que ministrava na Universidade de Harvard, intitulado *Moral Development and Moral Education*. Kohlberg indicava a leitura de autores que ao longo da história abordaram a questão da moralidade e cujas contribuições teóricas considerava fundamentais para o tratamento do tema: Platão, em *A República*; Émile Durkheim, em *Educação moral*; John Dewey, em *Democracia e educação*; e Jean Piaget, em *O julgamento moral da criança*.

Foi a posição cognitivo-evolucionista desse último autor que mais influenciou Kohlberg. Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo encontra-se

fortemente conectado com a tendência da mente humana de sistematizar processos em sistemas coerentes e de adaptar tais sistemas aos estímulos ambientais. Ao constatar a natureza essencialmente biológica do homem, enquanto “ser vivo”, Piaget acreditava que a mente representa um sistema que compartilha com os demais sistemas vivos duas funções básicas: organização e adaptação. Assim, a mente é capaz de sistematizar processos em sistemas coerentes e, ao mesmo tempo, adaptar-se às condições (ou estímulos) provenientes do ambiente.

Piaget acredita que os organismos humanos compartilham com todos os outros organismos duas “funções invariáveis”: organização e adaptação. Organização refere-se à tendência do organismo de sistematizar seus processos em sistemas coerentes. Assim, mamíferos não operam simplesmente por atividades biológicas aleatórias; ao invés, organizam essas atividades em sistemas (e.g., os sistemas respiratório e digestivo) que regulam funções biológicas inteiras, como a respiração e a alimentação. Esses sistemas organizados não poderiam funcionar propriamente, entretanto, a não ser que fossem adaptados às condições ambientais nas quais mamíferos vivem. Por exemplo, sistemas digestivos diferem de acordo com a comida primeiramente disponível ao animal em questão. A mente humana, de acordo com Piaget, também opera em razão dessas duas funções invariáveis.³

Os estudos de Piaget “mapeiam” o desenvolvimento das estruturas psicológicas determinantes do desenvolvimento cognitivo, o qual percorre, desde a infância, quatro períodos: o sensório-motor, que vai do nascimento até os dois anos de idade; o pré-operacional, que abarca o período dos dois aos sete anos de idade; o de operações concretas, dos sete aos onze anos; e o de operações formais, dos onze anos em diante, quando então o indivíduo é capaz de pensar abstratamente.

À semelhança de Piaget, Kohlberg defende que a moralidade progride do mesmo modo que a cognição do homem, de maneira que existe uma seqüência estruturalmente determinada de estágios de desenvolvimento da moralidade. Os avanços na seqüência ocorrem com vistas a buscar um equilíbrio em virtude da necessidade constante de adaptação a ambientes com complexidade crescente. Cada novo estágio moral, assim como cada nova organização cognitiva, constitui uma nova estrutura que inclui elementos do estágio anterior, agora transformados de tal maneira a criar uma situação mais equilibrada – porque mais adaptada aos estímulos do ambiente.

³ PAOLITTO, Diana; REIMER, Joseph. Piaget: a conceptual introduction to Kohlberg. *In: Promoting moral growth: from Piaget to Kohlberg*. New York: Longman, 1979, p. 21.

Existe um paralelo evidente entre a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget (no sentido estreito do termo) e a teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg. Ambas têm o objetivo de explicar *competências*, que são definidas como capacidades para solucionar tipos particulares de problemas empírico-analíticos ou prático-morais. A resolução do problema em questão é mensurada objetivamente tanto em termos da pretensão de verdade de declarações descritivas, incluindo explanações e previsões, como em termos da correção de declarações normativas, incluindo a justificação de ações e das normas que as governam.⁴

Assim é que, para Kohlberg, como confirma Habermas na transcrição acima, existe uma relação isomórfica entre a adequação cognitiva, nos termos desenhados por Piaget, e a adequação moral; percebe-se um paralelo entre o modo de proceder do desenvolvimento cognitivo e aquele do desenvolvimento moral. Portanto, os estágios mais adequados cognitivamente são mais morais, e vice-versa. O raciocínio moral passa a ser compreendido como uma questão de cognição.⁵

3.2

Os níveis e estágios de desenvolvimento moral

Concretamente, Kohlberg defende a proposição teórica de que o raciocínio moral do homem encontra-se hierarquizado de tal forma que indivíduos localizados nos níveis e estágios posteriores são necessariamente mais

⁴ Cf. HABERMAS, J. Reconstruction and Interpretation in the Social Sciences. *Op. cit.*, p. 33.

⁵ Outra importância dos estudos de Piaget para a produção do conhecimento na teoria social e política consiste precisamente na possibilidade de se entender a idéia de desenvolvimento para abarcar também as diferentes dimensões das compreensões acerca do mundo. Habermas, nesse sentido, sugere a ocorrência do mesmo processo com relação à emergência de novas visões de mundo tidas como mais desenvolvidas e, nesse sentido, melhores do que as anteriormente consideradas. Como afirma o autor, constata-se, ao longo da história da humanidade, a sucessão de uma série de mudanças no que diz respeito ao valor das diversas concepções de mundo uma vez dominantes: o pensamento metafísico, as figuras mitológicas, as explicações religiosas, etc. Os potenciais explicativos e justificativos dessas concepções foram contestados e superados por uma nova abordagem que pareceu a todos mais adequada. “*These devaluative shifts appear to be connected with socio-evolutionary transitions to new levels of learning, with which the conditions of possible learning processes in the dimensions of objectivating thought, moral-practical insight, and aesthetic-expressive capacity are altered*” (HABERMAS, Jürgen. Some Characteristics of the Mythical and the Modern Ways of Understanding the World. In: *The theory of communicative action. Volume one: reason and the rationalizations of society*. Translated by Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984, p. 68). Habermas recorre a Piaget para justificar a hipótese de que existiria um isomorfismo entre a lógica do desenvolvimento psicogenético e a evolução das visões de mundo legitimadoras. No estágio cognitivo avançado, o nível das operações formais que o indivíduo é capaz de realizar permite a relativização da realidade de acordo com um procedimento hipotético-dedutivo. A ética comunicativa de uma comunidade evoluída nesse sentido é a contrapartida societária do indivíduo avançado. Há um isomorfismo entre indivíduo e espécie.

competentes para a resolução de problemas morais enquanto questões de justiça. Essa tese é por ele defendida com base em três hipóteses fortes:

- 1) Primeiro, afirma que os estágios de julgamento moral encerram uma seqüência invariável e irreversível. Essa afirmação necessariamente descarta a possibilidade de que indivíduos possam alcançar o mesmo estágio por caminhos diversos; de que o mesmo indivíduo possa sofrer uma regressão nos estágios de desenvolvimento moral; ou de que os estágios possam ser saltados no curso do desenvolvimento de um sujeito.
- 2) Segundo, defende que os estágios formam uma hierarquia de modo que as estruturas cognitivas de um estágio posterior/superior dialeticamente suplantam as de um estágio inferior, anterior, menor. Por essa razão, as estruturas posteriores/superiores são consideradas melhores: porque mais adequadas para a resolução de questões morais complexas.
- 3) Terceiro, sustenta que cada estágio pode ser caracterizado como um todo estrutural, uma vez que os julgamentos morais de indivíduos neles circunscritos constituem maneiras totais de raciocínio independentemente do caso concreto subscrito no dilema. Aquele indivíduo que se encontra no Estágio 6 diante do dilema moral de Heinz, localiza-se, também, no mesmo estágio, em face de outros, ainda que mais complexos, como a questão da desobediência civil ou da eutanásia.

Os níveis identificados são basicamente três: Pré-Convencional, Convencional e Pós-Convencional. Os estágios, por sua vez, desdobram-se em seis etapas, dois para cada um dos níveis acima. O eixo norteador dessa classificação ou tipologia moral é a forma de julgamento moral dos indivíduos com relação à possibilidade de superação da convenção social. Destaca-se a noção de reversibilidade dos julgamentos, fortemente ligada à idéia de *role-taking*⁶, bem como a possibilidade de superação das normas sociais em virtude de razões ou princípios mais justos. Somente no Nível Pós-Convencional é que as normas são

⁶ A idéia de *ideal role-taking* foi formulada por George Herbert Mead e indica a idéia de autoreflexividade do *self*. Utiliza-se a expressão “adoção ideal de papéis” como a tradução que nos parece mais adequada. Essa tradução é emprestada de EISENBERG, José. Justiça e justificação: da filosofia da linguagem à teoria política. In: *A democracia depois do liberalismo: ensaios sobre ética, direito e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, pp. 117-134.

aceitas em razão dos princípios que as sustentam. Nesse caso, quando os princípios entram em conflito com as regras da sociedade, os indivíduos julgam de acordo com os princípios e não conforme convenção social. Nesse campo, ganham relevância as idéias de objeção de consciência e desobediência civil.

Para Kohlberg, a defesa da democracia constitucional como uma ordem procedimental encontra entre esses indivíduos uma maior adesão. Tais indivíduos defendem mais os procedimentos inscritos no constitucionalismo democrático do que as normas concretas a partir daí criadas. Mais importante é manter o devido processo, ainda que com relação a criminosos, do que efetivamente punir o cidadão delituoso. Mais ainda: é somente nesse nível que se levanta a questão do porquê ser moral. Para o indivíduo localizado no Nível Convencional, perguntar se vale a pena não respeitar a lei significa perguntar “Por que não ser criminoso?”. (Para uma descrição mais detalhada dos níveis e estágios, Cf. Tabela no Anexo 1).

Sérgio Paulo Rouanet identifica aí a existência de um “ego interativamente competente”. Nesses casos, “os princípios funcionam como critério para a crítica dos valores e instituições vigentes, que passam a ser vistos como simples convenções, sujeitos a revisão e em tese revogáveis”.⁷ Essa posição de crítica normativa concretiza-se precisamente na forma do discurso, por meio da qual as expectativas de comportamento podem ser argumentativamente superadas.

O Ego interativamente competente, capaz de relativizar normas segundo princípios, coincide com o ego epistemicamente competente, capaz de raciocinar segundo o modo hipotético-dedutivo (Piaget), formando uma personalidade *discursivamente competente*, capaz de virtualizar expectativas de validade tanto de posições relativas a fatos (discurso teórico) quanto de proposições relativas a valores (discurso prático).⁸

3.3

A Entrevista de Julgamento Moral

O método de pesquisa social utilizado por Kohlberg para a mensuração dos estágios propostos consistia na realização do que designou como Entrevista de

⁷ ROUANET, Sérgio Paulo. Dimensão psicanalítica da teoria da comunicação. In: *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 350.

⁸ ROUANET, *Idem*, p. 351.

Julgamento Moral [*Moral Judgment Interview*], por meio do qual colocava para os “pacientes” a resolução de dilemas morais, como o famoso caso de Heinz:

Na Europa, uma mulher estava à beira da morte por causa de uma doença muito grave, um tipo especial de câncer. Havia uma droga que os médicos acreditavam poder salvá-la. Era uma forma de *radium* que um farmacêutico da mesma cidade tinha recentemente descoberto. A droga era cara de se fabricar, mas o farmacêutico cobrava dez vezes mais que o custo da produção. Ele pagava \$200 pelo *radium* e cobrava \$2.000 por uma pequena dose da droga. O marido da mulher doente, Heinz, foi a todos que conhecia para pegar o dinheiro emprestado, mas somente conseguiu somar cerca de \$1.000, que era a metade do que custava. Ele contou ao farmacêutico que sua mulher estava morrendo e pediu a ele que vendesse mais barato ou deixasse que lhe pagasse depois. Mas o farmacêutico disse: “Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com ela”. Heinz desesperou-se e invadiu a loja do homem para roubar a droga para a sua mulher.⁹

Para fins de adequação às especificidades dos diferentes contextos sócio-culturais, o autor teve o cuidado de alterar o dilema de Heinz. Assim é que, nas vilas aborígenes da Malásia, formulava-se da seguinte maneira: Heinz era um fazendeiro recém-chegado e sua mulher estava morrendo de fome devido à ausência de chuvas. O dono da mercearia, assim como os demais moradores do vilarejo, recusaram-se a fornecer comida. Heinz então invadiu a loja para conseguir alimento e salvar a vida de sua esposa.

Após a colocação do dilema, Kohlberg instava o entrevistado a responder uma série de perguntas com o objetivo de examinar precisamente o raciocínio moral empregado para a resolução do conflito. Assim, colocava: E se ele não gostasse da mulher, ainda assim deveria roubar o remédio? E se fosse um amigo? E se fosse um estranho? E se fosse um animal doméstico? Você acha que as pessoas devem fazer de tudo para obedecer à lei? Uma ação tornar-se-ia incorreta por ser contrária à lei?

Esse é apenas um dos dilemas formulados; na verdade, o primeiro a ser utilizado nas Entrevistas de Julgamento Moral. Outros mais complexos foram desenvolvidos ao longo dos anos, de forma a colocar o valor da vida não apenas em um, mas nos dois pólos do dilema. Vale transcrever a seguir o chamado “dilema do capitão”, em suas duas variações.

9 KOHLBERG, Lawrence. Indoctrination Versus Relativity in Value Education. In: *Essays on Moral Development. Volume One. The Philosophy of Moral Development. Moral Stages and the Idea of Justice*. São Francisco: Harper & Row, 1981, p. 12.

[variação 1 – Dilema do Capitão] Um avião charter caiu no pacífico sul. Três pessoas sobreviveram. O piloto e três passageiros. Um dos passageiros era um senhor de idade avançada que tinha o ombro quebrado. O outro era um jovem, forte e saudável. Havia alguma chance de que o barco salva-vidas conseguisse chegar a salvo na ilha mais próxima se dois homens remassem continuamente por três semanas. Todavia, havia quase nenhuma chance se os três homens permanecessem no barco. Primeiro, o suplemento alimentar era insuficiente. Tinha pouco até para manter dois homens vivos pelo período de três semanas. Segundo, uma tempestade aproximava-se e o barco certamente viraria a menos que um homem não estivesse a bordo. Uma decisão deveria ser tomada rapidamente.¹⁰

Na qualidade de líder, como deveria o capitão da aeronave decidir? Considerando que ele era forte e o único que sabia navegar, caso decidisse colocar-se para fora do barco salva-vidas, com vistas a salvar os demais, poucas chances havia de os outros dois chegarem em terra firme. Se, por outro lado, o capitão ordenasse que o homem idoso de ombro quebrado ficasse de fora, numa perspectiva utilitarista e realista da situação-problema, as probabilidades de sobrevivência aumentavam significativamente. Agora, se o jovem ficasse de fora e o capitão e o homem idoso permanecessem no barco, as chances de sobreviver caíam pela metade.

[variação 2 – Dilema da Missão Suicida] Na Coreia, um grupo de dez soldados foi suplantado em números [*outnumbered*] e estava se retirando perante o inimigo. O grupo havia cruzado uma ponte sobre um rio, mas os inimigos ainda estavam do outro lado. Se alguém voltasse para a ponte e explodisse tudo, o grupo poderia escapar. Todavia, o homem que retornasse para explodir a ponte não conseguiria escapar com vida. O capitão perguntou se havia voluntários, mas ninguém se ofereceu. Se ninguém voltasse, era virtualmente certo que todos morreriam. (...) O capitão finalmente decidiu que tinha duas alternativas. A primeira era ordenar que o homem responsável pela demolição [*demolition man*] ficasse para trás. Se esse homem fosse enviado, a probabilidade de que a missão fosse cumprida com sucesso era de 80%. A segunda alternativa era selecionar alguém por sorteio. Se qualquer um que não o homem responsável pela demolição fosse selecionado, a probabilidade de que a missão seria cumprida com sucesso era de 70%. Qual das duas alternativas o capitão deveria escolher e por quê?¹¹

Existem, de fato, nos dois dilemas acima, segundo Kohlberg, duas opções possíveis: (1) ou o capitão escolhe agir conforme regras utilitárias que maximizam a probabilidade de salvar um maior número de vidas; (2) ou ele resolve a questão recorrendo à sorte. No primeiro caso, a decisão seria tomada com base em

¹⁰ KOHLBERG, Lawrence. *Justice as Reversibility*. The Claim to the Moral Adequacy of a Highest Stage of Moral Judgement. In: *Idem*, p. 205.

¹¹ *Idem*, p. 206.

argumentos utilitários que prescrevem que a justiça consiste em respeitar todos os seres humanos de modo que cada indivíduo seja contabilizado como um. A decisão será tomada independentemente da vontade do indivíduo designado para ficar (fora do barco salva-vidas ou para explodir a ponte). Já no segundo caso, opta-se por uma concepção de justiça que afirma a igualdade de oportunidade de todos no que diz respeito ao direito à vida. A sorte ou loteria aumenta significativamente a probabilidade de sobrevivência do indivíduo com menor vantagem comparativa.

A opção por recorrer à sorte como a ação mais justa porque orientada pelo princípio da reversibilidade, no meu entendimento, não parece se aplicar ao Dilema do Capitão proposto por Kohlberg. De um ponto de vista mais realista da situação-problema, na medida em que não há efetivamente qualquer chance de o barco salva-vidas chegar à terra firme caso o senhor de idade com o braço quebrado permanecesse na embarcação, sequer se pode admitir a viabilidade dessa opção. Não se trata de uma decisão utilitária. Trata-se, isso sim, de uma decisão pragmática, uma ação consequencialista, porque de fato não há qualquer possibilidade de sobrevivência e a decisão, então, sequer poderia ser revertida. Tanto faz para o senhor de idade se o capitão decide de maneira utilitária ou se recorre à sorte: ele não sobreviverá de qualquer maneira. Já na segunda variação, no Dilema da Missão Suicida, a situação é completamente diferente. Tendo em vista que existem chances factíveis de sobrevivência nas duas decisões possíveis, parece que recorrer à sorte seria, nesse caso, a opção mais justa.

3.4

O desenvolvimento moral “para melhor”

Mas por que assumir que existe uma seqüência universal invariável do desenvolvimento moral “para melhor”? Ao responder a questão, o autor propõe analisar, na linha de Piaget, em termos estritamente lógico-estruturais, a evolução dos conceitos (ou categorias) utilizados no curso da passagem de um estágio inferior a outro superior. Isso é possível porque os mesmos conceitos morais são definidos pelos indivíduos em todos os estágios – é a idéia de que os estágios formam um todo em termos estruturais.

Kohlberg evidencia que as definições são mais diferenciadas, integradas e generalizadas à medida que o indivíduo sobe na escala. Considere-se, por exemplo, o valor da vida. Quando se move do Estágio 1 para o Estágio 2, a vida enquanto valor a ser protegido diferencia-se do valor da propriedade; passa a integrar uma hierarquia cuja localização encontra-se acima da propriedade de modo que se admite o ato de roubar a propriedade do outro com vistas a salvar a vida de alguém, como no dilema de Heinz; e torna-se mais generalizado, no sentido de que a vida de qualquer ser humano deve ser protegida independentemente de seu status ou propriedade. Cada etapa do desenvolvimento é uma organização cognitiva melhor do que a anterior, uma que leva em conta tudo presente na anterior, mas faz novas distinções e as organiza numa estrutura mais compreensiva. Essa constatação pode ser comprovada pelo fato de que o indivíduo compreende todos os estágios até o próprio, no qual se encontra, mas não mais do que um estágio além do próprio. Ainda: preferem o próximo.

A afirmação de que existem estágios superiores, mais desenvolvidos, melhores e mais avançados pretende justificar-se, na linha proposta por Piaget, na existência de uma maior adequação da capacidade cognitiva do indivíduo para a resolução de problemas cada vez mais complexos que surgem no mundo da vida. Para Piaget, as pessoas progredem do nascimento à maturidade cognitiva por níveis de desenvolvimento da cognição. E os estágios se distinguem uns dos outros pela integração, diferenciação e habilidade de solucionar problemas. Subjacente aqui está a noção de adaptabilidade a interações cada vez mais complexas. O estágio capaz de se adaptar a novos ambientes mais complexos então é mais equilibrado. Por isso mesmo consegue resolver os problemas que surgem de forma mais adequada.

Dentre as vinte e cinco categorias morais básicas utilizadas para formular e avaliar os dilemas encontra-se a questão da motivação para a obediência de regras. Considerando os seis estágios, destacam-se as seguintes ocorrências no tocante à motivação dada pelos entrevistados para agir segundo a regra:

Para evitar a punição	Estágio 1
Para obter recompensa e favores	Estágio 2
Para evitar o desapontamento e o desgosto dos outros	Estágio 3
Para evitar a censura de autoridades legítimas e a culpa	Estágio 4
Para manter o respeito do espectador imparcial	Estágio 5
Para evitar a autocondenação	Estágio 6

Quadro 3. A motivação para a obediência a regras morais e os estágios.¹²

A tabela acima sugere que, na progressão dos estágios, a questão da obediência a regras (enquanto categoria moral básica) é mais diferenciada de outros temas supostamente correlatos, como a recompensa ou a censura, e mais integrada, porque organizada numa melhor hierarquia.

Como se vê, a diferença central entre cada um dos estágios consiste na relação do indivíduo com as normas da comunidade na qual se insere. Na primeira fase, o sujeito nem sempre obedece a expectativas de comportamento, presente nas normas, porque age guiado pelas noções de punição e recompensa. Na segunda fase, o sujeito segue as expectativas de comportamento, expressas nas normas, porque acredita na manutenção da ordem e na assunção de um papel convencional na comunidade. Na terceira fase, as expectativas de comportamento são relativizadas à luz de princípios que permitem a crença na não-razoabilidade das normas e a conseqüente superação da ordem.

Na medida em que sujeito é capaz de identificar por que o julgamento moral anterior estava equivocado, trata-se de um processo de aprendizagem; um alcance construtivo. Daí que as estruturas cognitivas que sublinham a capacidade de julgamento moral não possam ser explicadas em termos de condicionantes inatos – são, isso sim, o resultado de uma reorganização criativa de um inventário cognitivo já existente que se tornou inadequado para lidar com certos problemas.

¹² Quadro elaborado com base na tabela *Motives for Engaging in Moral Action* (KOHLBERG, Lawrence. *From Is to Ought: How to Commit the Naturalistic Fallacy and Get Away with It in the Study of Moral Development*. In: *Idem*, p. 121.

A habilidade de solucionar problemas melhora quando as faculdades cognitivas de uma pessoa tornam-se mais sofisticadas e complexas na interação com o ambiente. Isso quer dizer, a faculdade cognitiva de uma pessoa torna-se mais adaptativa, é mais apropriada para resolver conflito cognitivo, na medida em que ganha fluência em integrar e diferenciar a informação. O critério de diferenciação e integração são as mensurações da adaptabilidade cognitiva e da adequação psicológica.¹³

3.5

A reversibilidade do pensamento

O autor defende a idéia de justiça como reversibilidade, calcada especificamente na noção de “equilíbrio reflexivo”, proposta por John Rawls.

A necessidade de equilíbrio dos sistemas vivos, como a mente humana, nesse caso, traduz-se na manifestação da reversão do pensamento. Concretamente, uma situação moral em desequilíbrio é aquela em que há conflitos de ordem moral mal-resolvidos, isto é, pretensões não-ajustadas entre as partes. Somente quando uma solução entre as partes diante de um conflito é encontrada, o equilíbrio da situação se restabelece. Para tanto, é preciso que todos os participantes reconheçam a existência de princípios universais capazes de orientar a decisão.

O princípio da reversibilidade remete ao conceito de *role-taking*. Assim, exige-se que os participantes do conflito sejam capazes de se colocar na posição de todos os possíveis afetados com a decisão. Constitui esse o chamado “teste de reversibilidade”, que pergunta: “Você julgaria essa ação como justa se estivesse na outra posição?”. Esse teste de reversibilidade parece mais apropriado para determinar a moral e a justiça do que o conhecido “teste de universalidade”, subscrito pelo *imperativo categórico* Kantiano. Nesse caso, a pergunta a ser formulada é: “Você julgaria essa ação como correta se todos a praticassem?”. Quando se segue o *imperativo categórico*, generaliza-se o princípio da ação de maneira a vislumbrar de antemão o que aconteceria quando todos adotassem o mesmo princípio orientador. Mas, de fato, esse teste de universalidade da ação não permite pensar como seria caso se figurasse no outro pólo da relação. Parece

¹³ SIEGEL, Harvey. On Using Psychology to Justify Judgments of Moral Adequacy. In: MODGIL, Sohan; MODGIL, Celia (Ed.). *Lawrence Kohlberg: Consensus and Controversy*. Philadelphia: Falmer Press, 1986, p. 66.

ser fundamental essa possibilidade de adotar idealmente o papel do outro, pois nas situações de conflito a escolha de um curso de ação pode acarretar resultados distintos para as diferentes partes a serem afetadas.

Na medida em que se entende o raciocínio moral como reversibilidade, conclui-se que novas estruturas morais pressupõem novas estruturas lógicas; um novo estágio lógico é condição necessária, embora não suficiente, para um novo estágio moral. Foi justamente essa idéia de conectar questões de justiça com as interpretações de Piaget sobre o desenvolvimento da cognição que conduziu a uma definição de estágios morais em função do aumento progressivo de operações reversíveis para a resolução de problemas morais. É preciso possuir um estado mental específico para ser moral? Recorre-se à resposta de Rouanet:

Seria preciso supor, em outras palavras, que a cada estágio do desenvolvimento cognitivo – fase pré-operatória, operacional concreta e operacional formal – corresponderia um estágio do desenvolvimento interativo, caracterizado por determinadas formas de identidade, de atitudes com relação a normas, de tipos de consciência moral e etc. O próprio Piaget postula essa convergência, quando ordena as fases da evolução da consciência moral em função das etapas do desenvolvimento cognitivo. Assim, o sujeito só poderia agir de forma moralmente autônoma quando sua evolução psicogenética o habilitasse, por exemplo, a compreender as operações cognitivas subjacentes à idéia de justiça – a reversibilidade, por exemplo, que permite formular o conceito de reciprocidade, etc. Kohlberg leva mais longe ainda esse conceito “maturacionista” de evolução moral: tudo se passa como se todos os indivíduos tivessem que passar obrigatoriamente por uma seqüência inalterável de etapas de consciência moral.¹⁴

* * *

No texto *Justice as reversibility: the claim to moral adequacy of a highest stage of moral judgment*, Kohlberg afirma que a teoria normativa de Rawls tem dois objetivos: de um lado, a tarefa de construir um modelo estrutural sistemático, a *posição original*, para produzir julgamentos morais; de outro, utilizar esse padrão sistemático desenvolvido para justificar e prescrever os princípios de justiça que devem necessariamente sublinhar julgamentos morais competentes.¹⁵ Assim, a teoria da *posição original*, enquanto modelo estrutural que explica os julgamentos morais dos homens, pressupõe a existência de indivíduos que tenham

¹⁴ ROUANET, S. P. *op.cit.*, p. 348.

¹⁵ KOHLBERG, Lawrence. *Justice as Reversibility: The Claim to Moral Adequacy of a Highest Stage of Moral Judgment. Op.cit.*, p. 192.

completado a seqüência de desenvolvimento moral. O modelo estrutural explicativo de Rawls, análogo ao de Kohlberg, utiliza esse quadro estrutural explicativo do homem competente, pertencente ao Estágio 6, para justificar e prescrever os princípios universais de justiça.

Trata-se de um modelo análogo aos modelos de lingüistas estruturais que buscam explicar e gerar as regras do discurso gramatical de locutores competentes. Essa é a questão central. O modelo estrutural sistemático que conforma a produção dos julgamentos morais e a explicação que deles se quer fornecer é também a estrutura utilizada para justificar e, na mesma medida, prescrever os princípios de justiça que sublinham os próprios julgamentos morais de que nos valem para determinar a competência para construir essa estrutura. Essa é a idéia de reconstrução racional. Em outras palavras, a determinação do próprio *status* racional das construções teóricas dos seres humanos é realizada por métodos de acesso por nós desenvolvidos e assumidos como racionais.

* * *

3.6

A estrutura da moral

Com efeito, a finalidade da investigação de Kohlberg consistia na formulação de uma metodologia de análise do desenvolvimento moral capaz de capturar a gramática, a forma, a estrutura do raciocínio dos indivíduos entrevistados. Supunha o autor que as categorias morais fundamentais utilizadas, quer dizer, os conceitos, como a propriedade e a vida, são operacionalizados de maneira diferente de acordo com os estágios de desenvolvimento cognitivo e moral dos indivíduos. Nesse sentido, seria possível determinar objetivamente não a substância dos julgamentos dos indivíduos, mas a estrutura das operações lógicas dos conceitos fundamentais utilizados. A estrutura contém os elementos [conceitos] e as conexões necessárias entre eles para determinar o nível do julgamento moral do indivíduo. Subjacente a essa perspectiva encontra-se a distinção metodológica entre análises quantitativas e qualitativas, questão abordada na Introdução do trabalho. O interesse de Kohlberg é a identificação qualitativa de padrões de raciocínio que se alteram na medida em que os

indivíduos avançam na seqüência de estágios de desenvolvimento moral – elabora-se um mapa do desenvolvimento moral.

É importante deixar isso bem claro: a análise de Kohlberg sobre o desenvolvimento moral é estritamente formal, e não substancial. Daí resulta que os estágios são avaliados não em função do conteúdo das respostas dos entrevistados – se Heinz deve ou não roubar o remédio para salvar a mulher –, mas em razão do raciocínio empregado para justificar a resolução apresentada ao conflito. É preciso examinar como o indivíduo julga determinado curso de ação numa dada situação de conflito.

Do ponto de vista dessa abordagem formal, que privilegia a estrutura do raciocínio em detrimento do conteúdo, conclui-se que, independentemente da resposta dada, indivíduos podem ser classificados no mesmo estágio de desenvolvimento moral. Ou seja, apesar de fornecerem soluções antagônicas para um mesmo dilema, em tese estariam na mesma posição no quadro de estágios que mensuram a evolução da moralidade. Ora, mas não é justamente a possibilidade de se alcançar o consenso acerca da correção da ação que se coloca em questão? Parece estranha essa conclusão, ainda que logicamente decorrente da metodologia formalista do autor, que privilegia a estrutura e a análise qualitativa, na medida em que a questão central, como ele mesmo confirma, consiste em saber se a decisão sobre a correção ou não do comportamento de Heinz pode ser determinada objetivamente ou se depende de cada indivíduo e de cada cultura. Afinal, é possível ou não concordar universalmente sobre a decisão correta no caso do roubo do remédio ou da decisão a ser tomada pelo capitão?

Essa ambigüidade da metodologia formalista não escapou a Kohlberg. Na verdade, é justamente a possibilidade de desacordo entre os indivíduos de um mesmo estágio que fortalece o argumento de que o Estágio 6 é “o melhor”. Neste, defende o autor, existirá sempre o consenso. Os indivíduos localizados no último estágio, ao contrário dos demais, concordam sempre, não somente no tocante ao raciocínio empregado, mas também sobre a decisão correta no caso concreto.

Para resumir, Kohlberg defende o seguinte:

1. Culturas diferentes poderiam ter concepções similares sobre a moralidade na medida em que a diversidade empírica observada representa uma variação no conteúdo e não nas formas universais de julgamento moral.
2. As diferenças remanescentes em termos de julgamento moral seriam explicadas em virtude do estágio de desenvolvimento moral do indivíduo.

3.7

From is to ought: a defesa do universalismo cognitivo

É justamente a partir da possibilidade de mensuração objetiva do julgamento moral que Kohlberg parte em defesa de um universalismo cognitivo, ao contrário do que afirmam com veemência os antropólogos defensores do relativismo cultural. Como diz o autor, a adoção de uma posição relativista em face do dilema de Heinz afirmaria que há mais de uma possibilidade de decidir moralmente a questão, pois cada indivíduo orienta-se de maneira diferente de acordo com os valores que possui. Tal posição assenta-se numa confusão corrente no campo dos estudos sobre a moralidade: a não-distinção entre o fato social empiricamente observado de que pessoas e culturas diferentes têm valores diferentes e a pretensão normativa de que as pessoas diferentes devem ter valores diferentes na medida em que nenhum valor moral é universalmente válido para todos. O fato de que as pessoas diferentes têm valores diferentes não permite argumentar que inexistente um comportamento moral capaz de ser universalizado.

Uma defesa moral-filosófica da posição universalista é essencial para o programa de pesquisa de Kohlberg por causa de dois motivos. Primeiro, porque as suas assunções precisam de justificação no quadro do discurso filosófico. Uma teoria psicológica universalista do desenvolvimento moral pode ser objeto de contestação caso não cumpra a exigência de justificação no arcabouço teórico reconstrutivo da filosofia. Não se pode delimitar e prescrever a existência de um domínio específico da moral, universal e mais avançado, como se esse ato definitório fosse independente da representação que se faz do mundo. As teorias normativas que informam a descrição do estágio mais alto do julgamento moral devem necessariamente ser aplicadas aos formuladores teóricos que alegam a existência de tal teoria psicológica e filosófica. Afirmar a existência de estágios

avançados e de uma moral universal pressupõe que o locutor que faz a afirmação situe-se no estágio avançado e tenha alcançado uma moral universal. Segundo, a defesa moral-filosófica do universalismo é essencial para Kohlberg porque as alterações na filosofia moral têm implicações para a construção da teoria empírica, inclusive para os detalhes do design experimental. Assim, no nível meta-teórico, as pesquisas morais filosóficas e as investigações psicológicas de ordem empírica estão implicadas num mesmo círculo hermenêutico. Decorre daí que alterações na explicação filosófica sobre a moralidade determinam também mudanças nas investigações empíricas sobre o julgamento moral; e vice-versa.

Essa pretensão de isomorfismo implica a assunção de continuidade entre o contexto da descoberta de pontos de vista morais, estudados na psicologia do desenvolvimento moral, e o contexto de justificação de pontos de vista morais, estudados na filosofia moral formalista. A justificação dada pelo filósofo para comprovar a existência de um estágio de raciocínio cognitivo e moral avançado está mapeada na explicação do psicólogo de que alguns indivíduos são mais desenvolvidos; i.e., competentes.

A pressuposição de que o estudo do desenvolvimento moral deve ser guiado pela filosofia moral era central para minha intuição de como focalizar esse desenvolvimento. Para que algo fosse considerado moral ou avanço evolutivo seria necessário partir de algumas definições filosóficas, pressuposições e argumentos. Essas pressuposições estariam abertas a questionamento, à luz de achados empíricos, mas não se podia pensar que fossem isentas de valores.¹⁶

Desde as primeiras pesquisas empíricas conduzidas no campo da psicologia cognitiva, Kohlberg preocupava-se com o problema da fundamentação filosófica e do relativismo moral. Embora estivesse ciente da necessidade de direcionar os estudos para questões filosóficas e epistemológicas, o que Kohlberg não imaginava, contudo, era que as descobertas empíricas pudessem contribuir para a solução dessas questões meta-teóricas. Essa possibilidade passou a se tornar decisiva para ele na medida em que se propôs a elaborar um programa de intervenção nas escolas americanas para a promoção da educação moral de crianças e adolescentes. Esse é o assunto de um dos artigos mais importantes contidos no primeiro volume de *Essays on Moral Development: From Is to Ought: How to Commit the Naturalistic Fallacy and Get Away with it in the Study*

¹⁶ KOHLBERG, Lawrence. Minha busca pessoal pela moralidade universal. In: *Op.cit.*, p. 95.

of Moral Development. Neste escrito, o autor afirma que ele e sua equipe de pesquisa podem finalmente propor uma solução para o problema da relatividade que tem amaldiçoado os filósofos por três mil anos. Isso porque, como noticia o próprio, foram eles os primeiros a realizar estudos interculturais sobre padrões de desenvolvimento moral nos indivíduos. Com essas conclusões, Kohlberg busca aliviar a conotação negativa que o termo educação moral costumava ter.

Para terminar, vale ressaltar três posicionamentos identificados pelo autor com relação aos cientistas sociais quando se dizem “relativistas”. Primeiro, a defesa da faticidade do relativismo cultural; segundo, a sustentação do relativismo ético no campo meta-teórico; e terceiro, a idéia de respeito e tolerância com relação a culturas diferentes. A tese do relativismo cultural significa que faticamente é constatada a existência de valores morais diferentes em cada cultura – o que Kohlberg não ousa contestar. Na verdade, para Kohlberg, essa faticidade não tem qualquer implicação quanto à possibilidade de argumentar a favor de uma moral universal. Já a tese do relativismo ético, mais capciosa, afirma, agora em termos estritamente normativos, que nenhum valor moral pode ser defendido de forma absoluta e em todas as culturas. Por último, destaca-se a idéia de tolerância, que ensina o princípio da igualdade e do respeito a valores de grupos minoritários. Para o autor, a crença no relativismo ético no campo meta-teórico deriva de forma ilógica da idéia de tolerância, por sua vez baseada na constatação fática do relativismo cultural. Para Kohlberg, é a própria sustentação da idéia de tolerância, como pretendem os relativistas, que implica a pressuposição de que se trata de um valor capaz de ser defendido universalmente.

* * *